

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.925 - GO (2018/0201120-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FUTURA AGRONEGÓCIOS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL DE SOUZA CAETANO - MG126965
LEOPOLDO ALVES BORGES - MG142661
HERMANO RESENDE LEMOS E OUTRO(S) - MG127293
AGRAVADO : MILTON ANTONIO MENDANHA JUNIOR
ADVOGADOS : RAFAEL IZLER - MG126963
GLÁUCIA MARIA SILVA OLIVEIRA MENDANHA - GO026767
AGRAVADO : GLAUCIA MARIA SILVA OLIVEIRA MENDANHA
ADVOGADOS : LEANDRO VAZ DA FONSECA - GO026411
RAFAEL DE SOUZA CAETANO - MG126965
HERMANO RESENDE LEMOS E OUTRO(S) - MG127293
INTERES. : FABIANO DENIS DE PAULA
INTERES. : ALESSANDRA FRANCIS NUNES DE PAULA
INTERES. : RICARDO ALESSANDRO BORTONIO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ALCANCE NORMATIVO DO ARTIGO INDICADO. SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação recursal que alega violação de dispositivo legal cujo conteúdo jurídico não tem alcance normativo para amparar a tese defendida no recurso especial.
2. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.
3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator